

## SOBRAL: A CULTURA E AS PRÁTICAS ESCOLARES<sup>1</sup>

*Aline Monteiro Alves*

Mestranda em Sociologia pela UFC. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA  
E-mail: [aline\\_cienciasociais@yahoo.com.br](mailto:aline_cienciasociais@yahoo.com.br)

### Introdução

Contemplando a cultura como produto e processo que dá significado às práticas humanas, analisar a cultura escolar é estudar os processos e produtos das práticas escolares, isto é, as práticas que permitem a transmissão de conhecimentos e condutas circunscritas a um espaço/tempo identificado como escola. Considera-se também, concordando com Faria Filho (2000), que a cultura escolar não se articula somente em torno do conhecimento, mas de construção de uma instituição que estivera associada a um projeto político e à noção de progresso (JULIA, 2001).

Como já foi ressaltado, o pano de fundo para o presente estudo é a cultura escolar, que vários autores tratam e definem cada um com uma abordagem e ênfase diferente, abrindo um leque de possibilidades aos pesquisadores dessa área. O conceito de cultura escolar, justamente por ser recente, vem sendo utilizado com acentos diversos por inúmeros autores.

<sup>1</sup> O presente trabalho é um desdobramento da pesquisa de mestrado da autora, que se encontra em desenvolvimento pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia UFC, denominada “Do lar às salas de aula: a construção social da feminização do magistério em Sobral/CE”.

Destarte, o estudo do cotidiano escolar e da(s) cultura(s) escolar(es) se tornaram propícios a essa pesquisa, já que não encontramos a ação cotidiana nos textos de lei como currículo, leis da instrução pública, regulamentos. Os estudos em torno da abordagem cultural, que focam as práticas e representações que se dão na esfera do cotidiano escolar, permitem compreender como a educação se perfaz nesse contexto.

Assim, Viñao Frago (2001) explicita que a nossa tarefa é abrir a “caixa preta” que esconde as tramas sociais do cotidiano escolar, através da apreensão e compreensão desses sentidos culturais que lhes são conferidos. Por isso, torna-se importante entender também como as políticas educacionais são recebidas e re-significadas em meio à realidade escolar pelos diversos atores sociais que integram essa instituição em Sobral.

Conforme Clifford Geertz (1989), estudar a cultura seria estudar o código de símbolos partilhados pelos integrantes da mesma sociedade. Desta forma, buscam-se as interpretações das tramas culturais do cotidiano escolar.

É através dos relatos dos professores que se busca analisar as práticas escolares sob um foco cultural, se utilizando da “arte de narrar” para a reconstrução dos discursos; nesse sentido, compreendendo o tempo numa abordagem de unidade entre passado e presente, assimilando as artes de fazer das “memórias educacionais”, em meio ao cotidiano.

Sob essa perspectiva, busco compreender, todas e quaisquer práticas, sentimentos, valores, relações, atitudes, festejos, rituais, etc., que caracterizam a experiência educacional, tais como as formas de aprendizagem, os métodos di-

dáticos, as relações professor-aluno, a convivência estudantil, as atividades extraclasse, os conteúdos escolares, os papéis dos diferentes sujeitos educacionais, a disciplina, os rituais adotados, dentre outros inúmeros exemplos que compõem a esfera do cotidiano escolar, onde eles se constituíram na cristalização da memória educacional do município de Sobral.

### Nos Bancos Escolares: a Educação em Sobral

Conforme Araújo (2005), Sobral se destacou no cenário educacional cearense desde o período colonial. Um dos motivos alegados para o desenvolvimento cultural e educacional da cidade refere-se à sua localização na Ribeira do Acaraú, “Sobral nasceu e cresceu bafejada pelas forças civilizadoras que penetraram do litoral para os sertões através do rio Acaraú, única via de acesso do homem branco nos tempos coloniais” (ARAÚJO, 2005, p.123). Era costume as povoações surgirem às margens de rios, como foi o caso de Sobral, porque ofereciam os meios de subsistência para os homens.

No período colonial, o autor salienta que a educação era de responsabilidade da família, e que tinha como finalidade ensinar as crianças a ler, escrever, contar e os princípios da doutrina cristã. Somente no século XVIII é que vão surgir os primeiros registros de professores e escolas na região.

O Padre Antônio dos Santos Silveira foi o primeiro professor que se tem registro chegando à região em 1723; ele era escrivão do Curato da Fazenda Caiçara e quando dispunha de tempo se dedicava ao ofício de ensinar. Assim,

dotado de boa formação humanística, Padre Silveira, durante os quase trinta anos que permaneceu nesta região, ministrou aulas particulares [...] a filhos dos fazendeiros mais abastados (ARAÚJO, 2005, p.126), contudo, não manteve escola regular.

A primeira escola fundada na Caiçara foi iniciativa do Padre Manuel Gomes do Carmo, no ano de 1761. Descendente de escravos, o clérigo, implantou uma escola destinada aos negros, que antecedeu a escola para crianças brancas, que foi estabelecida somente em 1780, dirigida pelo Tenente Manuel Correia Marques de Sá. Segundo Araújo (2005), a sociedade da época não permitia que um homem negro fosse o preceptor de uma criança branca, por isso o Padre Manuel dedica-se às crianças da sua “etnia” (ARAÚJO, 2005, p.128).

As primeiras escolas da cidade surgiram da iniciativa particular. Somente em 1793 é que por Provisão Régia<sup>2</sup> surge a primeira escola pública, tendo como professor o Padre Manoel Francisco Rodrigues da Cunha. Destarte, pelo que se tem registro, os primeiros professores nomeados pelo Império para lecionar a cadeira de Gramática Latina em Sobral foram padres, ou, outros religiosos, são eles: o Padre Manoel Francisco Rodrigues da Cunha (1793), Padre Manuel Pacheco Pimentel (1803), Frei Francisco Alexandre da Purificação (1824), Padre Francisco Gomes Parente (1835), Padre Antônio da Silva Fialho (1873).

Pode-se verificar através das narrativas que geralmente o contato com as primeiras letras em Sobral no início do século

<sup>2</sup> Conforme Girão e Soares (1997), “Provisão Régia” era a forma de nomeação oficial de professores de primeiras letras e latim do período do Brasil colônia.

XX se dava no âmbito familiar. Quando essa não era incumbência dos pais ficava designado a algum parente próximo ou agregado. Débora Araújo<sup>3</sup> lembra que as suas primeiras letras foram ensinadas por sua mãe.

Alice Carvalho<sup>4</sup> também teve o seu primeiro aprendizado das letras em sua casa, através da Carta do ABC, onde seu irmão mais velho e sua mãe dedicavam tempo à sua educação. Bárbara também ressalta esse aspecto: “Eu comecei a ler em casa. A minha mãe me ensinou o ABC, a gente aprendia as letras, depois as palavras, e matemática era a tabuada<sup>5</sup>”. Com Maria Imaculada<sup>6</sup> e Raquel<sup>7</sup> ocorreu o mesmo, e posteriormente é que eles eram encaminhados para as escolas, no caso, as escolas-residências. Os demais interlocutores<sup>8</sup> tiveram sua iniciação educacional diretamente nesses estabelecimentos.

Registra-se também a prática de alguns professores particulares ministrarem aulas na casa dos próprios alunos, como foi o caso de Maria Lais<sup>9</sup>, que também, mais tarde, tornou-se uma dessas professoras. E a situação de João Carlos<sup>10</sup> que morava em uma fazenda de gado a doze quilômetros da sede de Sobral, na qual os seus pais contrataram um professor: “esses que iam pra casa de fazenda para ficar em casa ensinando os

<sup>3</sup> Utilizo nomes fictícios para os entrevistados. Débora Araújo Barros, em entrevista realizada no dia 15 de janeiro de 2009.

<sup>4</sup> Alice Carvalho Gomes, em entrevista realizada no dia 27 de agosto de 2008.

<sup>5</sup> Bárbara Pereira do Nascimento, em entrevista realizada no dia 02 de fevereiro de 2011.

<sup>6</sup> Maria Imaculada Dias, em entrevista realizada no dia 22 de fevereiro de 2011.

<sup>7</sup> Raquel Silva de Souza, em entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2009.

<sup>8</sup> São eles Eliana Frota, Fabiana Magalhães, Camila Silveira e Abigail Andrade.

<sup>9</sup> Maria Lais Silva, em entrevista realizada no dia 13 de janeiro de 2009.

<sup>10</sup> João Carlos dos Santos, em entrevista realizada no dia 21 de janeiro de 2009.

seus filhos durante o dia [...] e à noite, à luz da lamparina, do gás, na mesa tosca da sala de jantar ele ensinava os alunos filhos de morador e vizinhos. Eu já vim pra cá (Sobral) alfabetizado.”

As escolas-residências durante um considerável período de tempo foi o modelo que predominou em Sobral. Tais estabelecimentos caracterizavam-se por serem espaços destinados ao ensino das primeiras letras, correspondente ao ensino primário à época, reunindo vários alunos em uma única sala de forma multiseriada. Geralmente elas funcionavam na própria casa dos professores, onde havia uma sala destinada ao ensino, e em alguns casos esses professores alugavam um espaço para ministrarem suas aulas, como relata Fabiana<sup>11</sup> cuja avó alugou uma garagem para funcionar a escola da professora Mercedes. O nome das escolas na maioria das vezes era identificado com o nome do professor proprietário do estabelecimento, como são os casos: a Escola do Professor Luís Felipe onde estudou João Carlos e Maria Lais; a Escola da Dona Cecy de Almeida Cialdini onde estudara Fabiana; a escola do Professor Melquíades onde estudou João Carlos; a escola da Dona Moçinha Rodrigues, na qual estudara Alice Maria Lais; a escola da Dona Jacosina onde estudou Raquel, dentre outros<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Fabiana Magalhães Azevedo, em entrevista realizada no dia 29 de janeiro de 2009.

<sup>12</sup> Em Sobral, atualmente é uma prática comum os pais confiarem seus filhos aos professores particulares denominados de repetidores, para se reproduzir os conteúdos aprendidos na escola e também para receberem ajuda nas atividades escolares designadas para serem feitas em casa. Geralmente esses professores recebem esses alunos em casa, “reunindo diversos alunos em uma única turma (ensino não seriado), embora que tratando-os individualmente, uma extensão modificada dessa prática cultural de educação” (MOTA, 2009, p. 46).

Essas escolas geralmente só tinham um professor, e, algumas vezes, um auxiliar, dedicavam-se à educação elementar, ou seja, o “ensino das primeiras letras”. O ensino nessas escolas não era seriado. Maria Lais lembra que na Escola do professor Luís Felipe a professora auxiliar era a Dona Conceição. Como também relata Débora<sup>13</sup> que na Escola de Dona Cecy Cialdine tinha uma professora auxiliar, Maria da Conceição Monte Coelho.

Maria Lais descreve como funcionavam as aulas na escola do Professor Luís Felipe: “eram bancos grandes. E eram mistos, era homem e mulher. Eram bancos grandes como aqueles de igreja as mulheres sentavam na frente e os homens atrás. Ele ministrava as aulas dele em pé<sup>14</sup>”. (sic)

Os professores que ensinavam nessas escolas geralmente não eram habilitados para tal tarefa; contudo eles eram reconhecidos pela sociedade como educadores por causa das suas competências pessoais, como também pelo êxito que obtinham no exercício do magistério.

É digno de nota que os professores das escolas-residências tinham mais autonomia com relação à metodologia do ensino — conteúdos ministrados, horários, formas de avaliação, disciplina, dentre outros.

O material didático mais utilizado era a Carta de ABC<sup>15</sup> que tinha a finalidade de ser apoio para o ensino inicial de

<sup>13</sup> Débora Araújo Barros, em entrevista realizada no dia 15 de janeiro de 2009.

<sup>14</sup> Maria Lais Silva, em entrevista realizada no dia 13 de janeiro de 2009.

<sup>15</sup> A carta de ABC e a Tabuada era o material mais comum de auxílio da aprendizagem no Ceará, conforme atesta os relatos dos professores. Segundo Mota (2009) esse material geralmente era adquirido em vendas, mercearias e feiras-livres “por preços bastante modestos e acessíveis, de onde deduzimos ser esse material de uso popular e conhecido de todos” (MOTA, 2009, p. 49-50)

aprendizado das “primeiras letras”, e outros livros didáticos ou de leitura, que também podem ser considerados como um objeto cultural, devido à disposição dos seus conteúdos e conhecimentos (valores morais e cívicos, hábitos de higiene, práticas de leitura, ciências, dentre outros), que tinha como função auxiliar o ensino escolar (inferido assim os métodos de ensino existentes na época).

Registra-se também a existência das cartilhas que adotavam o método da marcha sintética, que se constituía dos processos de soletração e silabação. Quanto à prática da escrita, a ênfase estava no ensino da caligrafia, da cópia, ditados e formação de frases e ortografia. Uma outra constatação é que não existia uma grande variedade de livros (didáticos) que possibilitassem ao docente a (liberdade) de optar e diversificar quanto à sua forma de ministrar as aulas.

Outros livros que se tem registro através dos relatos é o livro de leitura de Felisberto de Carvalho, que era adotado na escola de primeiras letras onde Ana Clara estudou. Conforme Rego (2004), Felisberto de Carvalho tinha uma coleção de livros de leitura para os mais variados estágios da aprendizagem. João Carlos<sup>16</sup> recorda que na Escola do Professor Luís Felipe o livro usado era o “Coração”. “Todo aluno do professor Luís Felipe leu esse livro, o ‘Coração’”. Já nas Escolas da Dona Cecy Cialdine e de Dona Moçinha Rodrigues, adotava-se a Gramática de Gaspar de Freitas.

Raquel lembra que seu pai decidiu colocá-la, juntamente com seu irmão, na escola da Dona Jacosina porque “na época

<sup>16</sup> João Carlos dos Santos, em entrevista realizada no dia 21 de janeiro de 2009.

ca, as professoras particulares eram tidas como pessoas que se dedicavam mais aos alunos e que o proveito escolar era melhor<sup>17</sup>". Ela ressalta que já existiam outros colégios seriados como o Colégio Santana, o Educandário São José e o Patronato Imaculada Conceição, mas, seu pai achava essa educação mais generalizada, onde o professor não se dedicava ao aluno individualmente.

Araújo (2005) também salienta que a Escola de Dona Moçinha Rodrigues<sup>18</sup> foi uma escola modelar, mantendo seu alto nível pedagógico. Sendo a escola da referida professora "o colégio da elite preferido pelos abastados da terra" (ARAÚJO, 2005, p.168), Dona Moçinha Rodrigues exerceu o magistério durante quarenta anos. Nota-se o prestígio que as escolas-residências tinham, à época, em Sobral. Os principais conteúdos ministrados nesses estabelecimentos eram Português, Matemática, História e Geografia e em alguns casos como tinha o ensino de Regras de Civilidade, conforme nos narra Raquel na escola de Dona Jacosina.

Como em uma cidade que teve durante o seu desenvolvimento uma forte influência religiosa<sup>19</sup>, os estabelecimentos de ensino, de certa forma, também foram influenciados por esse meio, de que serve como exemplo, a criação do Colégio Santa-

<sup>17</sup> Raquel Silva de Souza, em entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2009.

<sup>18</sup> Seu nome de registro é Maria Jesuina de Albuquerque Rodrigues, mas popularmente conhecida como Dona Moçinha Rodrigues.

<sup>19</sup> Segundo Mota (2009), no século XX a Igreja atuará no vácuo até então deixado com relação à instrução pós-primário, intensificando sua ação educacional nesse nível de ensino, sob a emblemática figura de Dom José Tupinambá da Frota, Bispo Conde da Diocese de Sobral, que investiu durante décadas na área educacional da cidade, como objeto do projeto missionário da Igreja.

na, voltado, de início, somente para a educação feminina, sob a direção religiosa da Congregação Filhas de Sant'Ana, e o Colégio Sobralense, voltado para o ensino masculino, cuja direção era conduzida por padres, ambos estabelecimentos de ensino fundado pelo Bispo Dom José Tupinambá da Frota, com o intuito de suprir a carência da escolarização em nível ginásial em Sobral. Registra-se também os colégios Patronato Maria Imaculada e Sagrado Coração de Jesus, que também eram estabelecimentos sob os cuidados de religiosos, salientando a existência do Seminário Diocesano que também contribui para a formação educacional do município, que ao mesmo tempo foi importante para a formação e desenvolvimento educacional da cidade.

Segundo Araújo (2005), com a oferta do ensino ginásial no Colégio Santana e no Ginásio Sobralense surgem aulas de preparação para o exame de admissão ao Ginásio. Assim, essas escolas-residências passam a preparar seus alunos para o ingresso nessas instituições.

Maria Lais nos relata que quando não existiam essas duas escolas, os pais se conformavam com o ensino primário de seus filhos e quando os pais tinham condições financeiras encaminhavam seus filhos para outros centros, a fim que eles dessem continuidade nos estudos. Ela diz que à época "ir estudar em Olinda era chique<sup>20</sup>".

Em 26 de maio de 1935 foi fundado o Grupo Escolar Professor Arruda<sup>21</sup>, estabelecimento de Ensino que inicial-

<sup>20</sup> Maria Lais Silva, em entrevista realizada no dia 13 de janeiro de 2009.

<sup>21</sup> Atualmente é a Escola de Ensino Fundamental e Médio Professor Arruda, situada na Rua Coronel Mont'Alverne, n. 574, em frente a praça do Bosque, Centro.

mente, só ofertava o ensino primário, como nas escolas-residências, a diferença era que nesse estabelecimento existiam várias turmas e elas eram seriadas. O ensino primário equivale ao que é hoje o ensino fundamental que vai até o quinto ano. O quinto ano do ensino primário é lembrado pelos interlocutores como o período em que se preparava para fazer o Exame de Admissão. Para dar prosseguimento aos estudos e ingressar no secundário era necessário a submissão do aluno ao Exame de Admissão. Nessa avaliação se testava os conhecimentos dos alunos em termos de conteúdos, como matemática, português, ciências, história e geografia.

Assim, o Exame de Admissão era encarado pela maioria dos entrevistados como um vestibular, dado a rigurosidade do processo seletivo. O Exame de Admissão, que se constituía de uma prova obrigatória encarada com o rigor de um vestibular pelos alunos. Para ingressar no Colégio Santana ou no Sobralense com o objetivo de cursar o ensino ginásial, os alunos passavam por esse exame de seleção. Para João Carlos quem passasse no Exame de Admissão era considerado “bom”, devido às provas serem difíceis.

As duas instituições escolares de referência em excelência de ensino da época eram: o Colégio Santana (feminino) e o Colégio Sobralense (masculino) (ARAÚJO, 2005). Como a oferta de ensino ainda era precária, essas instituições recebiam alunos de toda a região Norte do Estado. Vale salientar que eram escolas privadas, demandando os pais terem condições financeiras para manter os seus filhos nestes estabelecimentos, salvo alguns casos onde a criança era apadrinhada

ou recebia a bolsa dessas instituições. No caso do Santana, algumas alunas internas (que moravam no próprio colégio, oriundas de outras cidades da região), a maioria procedentes de famílias de reduzida condição econômica, prestavam serviços domésticos, como uma forma de pagar, retribuir pelo ensino recebido. O colégio Santana também funcionava sobre regime de internato.

Desta forma, além da separação de gênero nas instituições de ensino, havia também uma mudança quanto às disciplinas que eram dispostas nos currículos de cada sexo, enquanto as meninas aprendiam a costurar, cozinhar, bordar, pintura, etc, além dos conhecimentos previstos no currículo — como no caso do Colégio Santana que ofertava um curso doméstico, já no currículo masculino havia uma ênfase no conhecimento científico e filosófico.

Ana Clara lembra que após o curso Ginásial se fazia o vestibular para o curso Normal. O ensino normal, que, à princípio, foi ofertado no Colégio Santana era predominantemente formado por mulheres (processo de feminização do magistério). Maria Lais lembra que “as mulheres se conformavam com o ginásio e o Normal, sendo já ‘grande coisa’ uma moça formada no Normal<sup>22</sup>”. Desta forma, a mulher tinha a função social de educadora que “[...] foi desde o princípio uma profissão ideologizada como dever sagrado e função social feminina por incorporar os atributos de maternagem e cuidado, dos quais as mulheres eram portadoras” (ALMEIDA, 2006), e o ensino científico era voltado para os homens, cursos mais

<sup>22</sup> Maria Lais Silva, em entrevista realizada no dia 13 de janeiro de 2009.



técnicos e científicos — havendo uma separação de gênero. Retornaremos a esse assunto com maiores desdobramentos no capítulo seguinte.

É importante ressaltar que essas escolas não dispunham dos recursos didáticos que os professores tem acesso atualmente. Assim, a utilização do quadro negro e do giz era habitual. Os conteúdos das disciplinas eram copiados na lousa e os alunos deveriam reproduzir nos seus cadernos as lições.

Nessa época, os exercícios escolares que os professores aplicavam eram cópias das lições. Decorar os conteúdos para fazer as provas e as argüições (prova oral e escrita) era uma prática constante. Os professores seguiam apenas os conteúdos do livro didático. Eles trabalhavam com o método “tradicional” de ensino, em que o aluno é um receptor e não produtor do conhecimento; as relações de poder estabelecidas entre aluno versus professor eram evidentes.

Quando se terminava o ginásial se comemorava através de uma festa de formatura. Conforme Raquel, os alunos que terminavam o ginásial eram chamados de humanistas. “Quando terminava o Ginásio tinha a festa da turma de humanistas. A solenidade de entrega de certificados com a roupa de gala. Como se fosse uma mini formatura<sup>23</sup>”. Ana Clara também recorda da linda festa de sua formatura de conclusão do curso normal no colégio Santana, tendo pertencido à primeira turma.

Em 1955 uma instituição de ensino pública foi fundada pelo prefeito Paulo Sanford, denominado Ginásio Municipal

<sup>23</sup> Raquel Silva de Souza, em entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2009.

Caiçara e que posteriormente em setembro de 1959 pela Lei 4.534 passou a se chamar de Colégio Estadual Dom José Tupinambá da Frota, instituição que funcionava nos três turnos e ofertava o ensino científico, normal e técnico (ARAÚJO, 2005, p. 180). É interessante que as instituições de ensino público na época eram os estabelecimentos com um maior *status* em termos de nível e qualidade da educação. Tal concepção contraria às representações que se tem, hoje, acerca das diferenças entre público e privado, onde o ensino privado é que é sinônimo de qualidade. Assim, na memória da escola brasileira, a escola pública, pelo menos na primeira metade do século XX, gozava de grande prestígio na sociedade.

Em geral, os grupos escolares, os ginásios, os cursos científico e Normal públicos eram estabelecimentos de ensino considerados de excelência, cujas vagas eram disputadas em exames de seleção, e freqüentados por pessoas pertencentes aos estratos sociais mais elevados na cidade. Dessa maneira, era restrito o número de pessoas das classes pobres que tinham acesso e/ou permaneciam nas escolas públicas, pelos mais diferentes motivos, mas principalmente pela sua inserção precoce no mercado de trabalho. Assim, a educação era uma forma de distinção social.

Nota-se, que a educação, nesse período, era fundamentada na ordem e disciplina, o regime escolar é rígido. A questão das práticas de castigo corporais também era uma constante na fala de todos os depoentes. Percebe-se que eles tinham uma função pedagógica, dado o rigor do ensino, por isso eles eram normatizados dentro do espaço escolar. Os castigos poderiam

ser aplicados em dois casos, o mal comportamento do aluno e pelo fato de não ter o conhecimento de um conteúdo, o uso da palmatória nesse período era freqüente, além da palmatória existiam castigos como: ficar de joelhos no milho ou feijão, de costas para os alunos; o aluno ficar de pé de frente para a rua durante o percurso de toda aula; dentre outras práticas que variavam conforme o professor e instituição. As práticas educacionais de cada época atestam as maneiras de ver o corpo e, portanto de educá-lo.

### Considerações Finais

As verificações que esse trabalho têm chegado levam-nos a refletir com mais profundidade acerca dos processos educacionais escolares que se desenrolam atualmente, nos sensibilizando sobre a questão da análise das práticas escolares enquanto práticas culturais. Com vistas a compreensão do sentido e significado da escola num período histórico, compreendendo a circulação dos modelos culturais como fruto de passagem (mudanças) permitindo reconhecer a existência nos intramuros da escola como um local permeado por conflitos que fazem parte de uma construção constante (dinâmica). Por conseguinte, a cultura escolar não pode ser estudada sem a análise, precisa das relações que mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas.

A cultura escolar tem um poder criativo e pode se considerar que no funcionamento interno dessas instituições existe uma cultura que lhe é própria. E os principais elementos que,

objetivamente destacamos como responsáveis pelo desenho da cultura são seus atores (professores, famílias, alunos), os discursos e as linguagens (modos de conversação e comunicação), as instituições (organização escolar e o sistema educativo) e as práticas, pautas de comportamento que chegam a se consolidar durante um tempo.

### Referências

ALMEIDA, de Oliveira. *O Ensino Público*. Brasília: Senado Federal, 2003.

ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. “Os passos da educação”. In. *Origens da Cultura Sobralense*. Sobral: Imprensa Universitária-UVA, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF Editora, 2000.

FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREITAS, Nilson Almino de. *Sobral: opulência e tradição*. Sobral: UVA, 2000. 218p.

FROTA, D. José Tupinambá da Frota. *História de Sobral*. 3 ed. Fortaleza: IOCE, 1995.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1989.



GIRÃO, Glória Giovana S. Mont'Alverne; SOARES, Maria Norma Maia. *Sobral: história e vida*. Sobral: UVA, 1997.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

MOTA, Francisco Alencar. *Cultura Escolar e Práticas Cotidianas: Memória Educacional Através de Narrativas de Histórias de Vida*. Pós-Doutorado em Cultura Contemporânea (Relatório Técnico). Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, Julho de 2009.

REGO, José Lins do. *Doidinho*. 40 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

SACRISTÁN, José Gimeno. *O Aluno Como Invenção*. Porto Alegre: ArtMed, 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. In. *Contemporaneidade e Educação*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), n 7, 2001.

## O ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM MOSSORÓ-RN

*Erika Roberta Silva de Lima*  
(UERN)

*Jean Mac Cole Tavares Santos*  
(UERN)

### Introdução

O presente trabalho propicia discussões e reflexões, a partir do resultado de uma pesquisa teórica e empírica sobre o Ensino Médio, sobre as políticas propostas para a educação de nível médio no Brasil e sobre o Ensino Médio Integrado em Mossoró-RN.

A pesquisa teve como objetivo geral a análise da implantação e desenvolvimento do Ensino Médio Integrado em Mossoró, a partir da Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho, além disso, pretendíamos conhecer o que é o Ensino Médio Integrado, como deve acontecer e o que propõe para formação dos jovens/estudantes dessa etapa de ensino. Analisamos, assim, as condições pedagógicas oferecidas aos docentes da Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho para trabalharem o Ensino Médio Integrado tanto no âmbito das escolas como no acadêmico.

A metodologia adotada durante o trabalho consistiu em um estudo documental, estudo bibliográfico e entrevistas, com abordagem através da análise do discurso e da entrevista semiestruturada. Primeiramente um estudo nos documentos